



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação
Interdisciplinar de Professores

NECROPOLÍTICA E O ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS E IMPLICAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

NECROPOLITICS AND HIGHER EDUCATION: IMPACTS AND IMPLICATIONS ON EDUCATIONAL INSTITUTIONS

Ligiane Monteiro de Arruda¹

Marcelo Victor da Rosa²

RESUMO

O presente artigo explora a relação entre necropolítica e ensino superior, analisando como práticas de poder e exclusão influenciam o acesso, a qualidade e a experiência educacional dos estudantes. Mediante pesquisas bibliográficas, apresenta-se a manifestação da necropolítica nas políticas educacionais e seus efeitos e impactos sobre os estudantes. O artigo destaca como políticas de exclusão, baseadas em critérios econômicos e sociais, operam no ensino superior, criando barreiras para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e LGBTQIA+. Essas práticas necropolíticas são vistas na precarização das condições de ensino, na falta de suporte psicológico e na invisibilidade das necessidades emocionais dos estudantes, refletindo uma desumanização que perpetua a exclusão. Explora, também, uma abordagem sobre o racismo estrutural e institucional, que se manifesta na representação desproporcional de estudantes negros e indígenas nas universidades, bem como nas atitudes racistas presentes no ambiente acadêmico. Esta pesquisa propõe reflexões e sugestões para políticas públicas e práticas institucionais que possam mitigar esses impactos.

Palavras-chave: Necropolítica. Ensino Superior. Racismo. LGBTQIA+.

ABSTRACT

This article explores the relationship between necropolitics and higher education, analyzing how practices of power and exclusion influence students' access, quality and educational

¹ Mestranda em Estudos Culturais pela UFMS/CPAQ. Graduada em Serviço Social pela UNOPAR. E-mail: monteiro.ligiane@gmail.com

² Doutor em Educação (UFMS). Professor nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult) e Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher. E-mail: marcelo.rosa@ufms.br



experience. Through bibliographic research, the manifestation of necropolitics in educational policies and its effects and impacts on students are presented. The article highlights how exclusion policies, based on economic and social criteria, operate in higher education, creating barriers for low-income, black, indigenous and LGBTQIA+ students. These necropolitical practices are seen in the precariousness of teaching conditions, the lack of psychological support and the invisibility of students' emotional needs, reflecting a dehumanization that perpetuates exclusion. It also explores an approach to structural and institutional racism, which manifests itself in the disproportionate representation of black and indigenous students at universities, as well as in the racist attitudes present in the academic environment. This research proposes reflections and suggestions for public policies and institutional practices that can mitigate these impacts.

Keywords: Necropolitics. University education. Racism. LGBTQIA+.

1. INTRODUÇÃO

Na obra de Achille Mbembe, a Necropolítica, introduz o conceito de necropolítica como uma extensão do conceito de biopoder de Michel Foucault. Enquanto o biopoder se concentra no controle e na regulação da vida, a necropolítica se refere ao poder sobre quem vive e quem morre. Em sua obra, ele nos apresenta, como certos Estados e regimes políticos exercem poder através da administração da morte, seja através de genocídios, guerras, violência policial ou exclusão sistemática de grupos sociais.

Para Pellizaro (2013), o biopoder, na concepção de Foucault, nos remete a dois modos de poder que se estabeleceu a partir do século XVIII na sociedade ocidental, sendo descrito da seguinte forma (Pellizaro, 2013, p. 156)

[...] o poder disciplinar – também chamado de anátomo-política – e a biopolítica. O biopoder é um poder que se exerce sobre a vida, seja diretamente sobre a vida de cada pessoa em particular, seja por meio de uma ação sobre a vida das pessoas enquanto membros de uma população, compondo assim uma espécie de “naturalidade biológica”. Temos então, por um lado, um poder direcionado à sujeição e à disciplinarização dos corpos - disciplinar - e, por outro, o controle das populações, isto é, o poder referido à figura do Estado – a biopolítica.

A relação entre necropolítica e ensino superior revela como práticas de poder e exclusão influenciam diretamente as dinâmicas das instituições educacionais, afetando o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes. O conceito de necropolítica, como elaborado por Achille Mbembe, se aplica ao ensino superior ao considerar como as decisões políticas e institucionais determinam quem tem acesso ao conhecimento e quem é excluído dele.



No desenvolvimento deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para construir o referencial teórico, que serviu de base para a discussão e análise dos resultados. A pesquisa envolveu a busca de obras relevantes em bases de dados acadêmicas como revistas *Dialogia*, *Revista Peri* e *Revista FADISMA*, incluindo também, livros, artigos de periódicos, teses e dissertações. As fontes selecionadas forneceram uma compreensão sobre necropolítica no ensino superior, voltados para marcadores sociais da diferença, em especial a raça e o grupo LGBTQIA+, com contribuição significativa do autor Achille Mbembe, conceituando o termo necropolítica, e abordagens da necropolítica no ensino superior com contribuições como, por exemplo, do autor Silvio Luiz de Almeida. Esse referencial teórico foi fundamental para embasar as hipóteses do estudo e orientar a análise crítica realizada.

Visando explorar a manifestação da necropolítica nas políticas educacionais e seus efeitos e impactos sobre os estudantes, na divisão da pesquisa, no primeiro momento, é apresentado de forma sucinta a ideia de necropolítica, no conceito de Mbembe, num segundo momento é apresentado uma abordagem sobre a necropolítica e o ensino superior, e por último será abordado, brevemente, alguns apontamentos da necropolítica no ensino superior, principalmente em trabalhos cujos temas englobam o racismo e o grupo LGBTQI+.

2. INTRODUZINDO A NECROPOLÍTICA

É indissociável falar de Necropolítica sem mencionar Biopoder e Biopolítica, principalmente nas concepções de Mbembe, e também, refletindo em sua origem no período colonial escravagista. Nessa perspectiva, Mbembe (2018, p.27) nos traz essa reflexão na seguinte afirmação

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática do estado de exceção.

Mbembe reflete o papel da soberania em ser a expressão máxima em determinar a produção das normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres iguais, e que também, conduz o processo de autoinstrução e autolimitação (fixando em si os próprios limites para si) e em seu exercício consiste na capacidade da sociedade para autocriação pelo recurso às instituições inspirados por significações específicas sociais e imaginárias, trazendo com isso, o seguinte questionamento “minha preocupação é com aquelas



formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização material de corpos humanos e populações” Mbembe (2018, p.10-11).

No século XVII, Foucault aponta que houve a preocupação com o surgimento da “população”, tanto na questão política como na econômica, em todas as suas variáveis, nas questões como natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat, e com isso todas as correlações que envolvam o sexo, entre eles, natalidade, casamento e sua duração, nascimentos legítimos ou não, precocidade e frequências das relações sexuais, celibato e sobre as práticas contraceptivas. A conduta sexual passa a ser objeto de análise e intervenção, formando por meio da economia política da população, uma rede de observação sobre o sexo, e com isso Foucault (1988, p.20) observa que

Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais — exortações morais e religiosas, medidas fiscais — tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada. Os racismos dos séculos XIX e XX encontrarão nelas alguns de seus pontos de fixação. Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injeções o investiram.

Guiado pela perspectiva foucaultiana, Mbembe no traz a ideia do biopoder para o campo biológico, onde a raça, melhor dizendo, racismo, se faz presente, onde dentro do controle do biopoder haja uma divisão da espécie humana em grupos e subdivisão da população em subgrupos, determinando assim uma divisão biológica.

O biopoder para Foucault, define como o domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle, ainda afirma que isso foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, não somente isso, mas diversas outras medidas se mostraram necessárias, como assim explica Foucault (1988, p. 104-105)

[...] foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão



em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento.

Compreendendo um pouco do que envolve os conceitos de Biopoder e Biopolítica nos faz perceber que tais práticas, que surgem do período colonial escravagista, fortalecidas no modo capitalista, se estenderam e permanecem nas práticas das políticas na contemporaneidade.

3. NECROPOLÍTICA E O ENSINO SUPERIOR

O contexto sócio-histórico da sociedade brasileira tem presente em sua base, o colonialismo, e com ele todas as suas consequências e influências, onde o poder em disciplinar os corpos, controlar pensamentos e comportamento é facultado a homens brancos, cristãos e heterossexuais, inseridos no processo de biopolítica e biopoder, com isso, no ensino superior esse processo não poderia ser diferente, diante disso, temos o seguinte apontamento Ricordi et al. (2021, p.11)

[...] torna-se essencial o debate e a dizibilização de tal problemática sobre a raça e a diversidade sexual que é cotidianamente negada nos espaços institucionais, na atuação do próprio Estado e em praticamente todos os espaços da vida. É preciso avançar para não contribuir com as práticas de morte que se amontoam no cenário social, visibilizando e denunciando as vidas que são alvos da necropolítica.

No contexto do ensino superior, a necropolítica pode ser observada nas políticas de acesso e exclusão que afetam particularmente grupos marginalizados. As políticas públicas frequentemente refletem práticas necropolíticas ao estabelecer critérios que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Por exemplo, a exigência de altas pontuações em exames de admissão e a cobrança de mensalidades elevadas em universidades privadas criam barreiras significativas para estudantes de baixa renda, negros e indígenas.

Mbembe (2018) argumenta que a necropolítica opera através da marginalização sistemática de certos grupos, que são considerados "sacrificáveis" em nome da manutenção do status quo. No ensino superior, isso se traduz na perpetuação de um sistema educacional que privilegia estudantes provenientes de classes sociais mais altas, enquanto marginaliza aqueles



que já enfrentam desvantagens socioeconômicas.

A necropolítica também se manifesta na precarização das condições de ensino e trabalho dentro das universidades. A falta de investimentos adequados em infraestrutura, salários baixos para professores e funcionários, e a crescente pressão por produtividade acadêmica são reflexos de uma lógica necropolítica que valoriza a eficiência econômica sobre o bem-estar humano. Essas condições criam um ambiente acadêmico hostil, especialmente para estudantes e funcionários de grupos marginalizados, que muitas vezes enfrentam maiores dificuldades para se manterem na universidade.

Refletindo a questão do racismo, Almeida (2019) nos apresenta três concepções do racismo, a individualista, institucional e estrutural, sendo a primeira diz estar na relação estabelecida entre racismo e subjetividade, a segunda na relação estabelecida entre racismo e Estado, e a última na relação estabelecida entre racismo e economia. Pensando na instituição de ensino, no campo da concepção institucional ele nos traz que (Almeida, 2019, p. 30-31)

[...] a principal tese de quem afirma a existência de *racismo institucional* é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o *racismo é dominação*. É, sem dúvida, um salto qualitativo quando se compara com a limitada análise de ordem comportamental presente na concepção individualista.

Diante do exposto, destacamos Santos (2004), onde afirma que a universidade contemporânea muitas vezes reforça as desigualdades sociais ao invés de combatê-las. A lógica de mercado imposta às instituições de ensino superior prioriza a rentabilidade e a competitividade, relegando a um segundo plano a missão de promover a inclusão social e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

As práticas necropolíticas no ensino superior também têm um impacto significativo na saúde mental e no bem-estar dos estudantes. A pressão para alcançar altos desempenhos acadêmicos, combinada com a insegurança financeira e um adequado acolhimento institucional, contribui para níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão entre os estudantes. A falta de suporte psicológico adequado agrava ainda mais essa situação, criando um ciclo vicioso de exclusão e sofrimento.

Segundo Ribeiro (2017), a necropolítica no contexto educacional pode ser vista na forma como as instituições tratam (ou negligenciam) as necessidades psicológicas e emocionais



dos estudantes. A falta de políticas de apoio e a invisibilidade das questões de saúde mental refletem uma lógica de desumanização que é central à necropolítica.

A análise das políticas educacionais também revela a presença da necropolítica. As reformas educacionais muitas vezes visam reduzir custos e aumentar a eficiência, sem considerar os impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis. As políticas de austeridade, por exemplo, resultam em cortes de financiamento para programas de inclusão e apoio estudantil, exacerbando as desigualdades existentes.

Trazendo este contexto de ataques e desmontes diante destes grupos marginalizados, Freire (1987) propõe uma pedagogia do oprimido que contrasta com as práticas necropolíticas ao enfatizar a importância da inclusão e da emancipação dos indivíduos através da educação. Para Freire, a educação deve ser um instrumento de transformação social, capaz de desafiar e subverter as estruturas de poder que perpetuam a opressão e a exclusão.

4. A NECROPOLÍTICA CONTRA CORPOS DISSIDENTES DE RAÇA E LGBTQIA+ NO ENSINO SUPERIOR

Entendendo nossas raízes coloniais e compreendendo que a necropolítica está inserida nas práticas políticas e sociais, não seria diferente das práticas vivenciadas no cotidiano do ensino superior, nesse sentido Ricordi et al. (2021, p.12)

[...] quando são abordados nos espaços universitários temas como a diversidade e a inclusão, bem como as diversas formas de preconceito e violência, deve-se compreender que essas instituições, por estarem inseridas dentro de uma lógica de poder e classificação social, ao mesmo tempo, que reproduzem a dominação dos corpos e imposições aos padrões; também se constituem como espaços de diálogos para repensar tais práticas

O ambiente universitário que deveria ser o lugar de promoção das diferenças e inclusão, se mostra, por suas influências no eurocentrismo e por sua herança colonialista, um lugar de preconceitos e exclusão, em especial em marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe, sendo marcadores sociais da diferença, definidos por Zamboni (2014), como um meio pelo qual se classificam os indivíduos em determinadas categorias sociais. Para o grupo LGBTQI+, Moraes, em sua pesquisa, propõe a refletir (Moraes, 2020, p.76)

[...] para se pensar o contexto universitário como um espaço de afirmação político e de constituição desses atores sociais, uma vez que a universidade de modo geral, enquanto lugar do exercício do poder, vem a ser parte do problema frente à lgbtfobia quando tenta silenciar estes corpos, quando discrimina ou pratica a violência lgbtfóbica.



No ambiente escolar, ou qualquer outro ambiente de ensino, o que se é conjecturado é uma padronização de corpos cujas normas já estão previamente impostas pela sociedade, França e Calsa (2008), em sua pesquisa, reflete sobre gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes e nos afirma que (França e Calsa, 2008, p.4)

Desde sua colonização é tradição no Brasil a mulher ser vigiada e, se necessário, punida por atos que não correspondam ao imaginário social vigente. Embora tenham ocorrido algumas mudanças no que se refere a essa tradição no país, há ainda algumas limitações em relação à formação da identidade do gênero feminino, levando em consideração o contexto regional, social e cultural.

Outro ponto evidenciado na pesquisa de França e Calsa (2008) é que há uma certa apreensão por parte dos docentes referentes ao conceito de homossexualidade, para grande parte dos professores, a homossexualidade se mostra como um problema grave, um desvio de norma, de comportamento social aceitável, e confessaram também não saber como proceder em situações que diferem a heteronormatividade.

Para o grupo LGBTQIA+, uma das conquistas mais recentes, foi a homologação do MEC em janeiro de 2018 que trata da autorização do nome social, mas ainda há muito o que avançar quando se trata de violência para com este grupo, como mostra uma pesquisa realizada pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sobre o ambiente educacional, onde houve participações de todas as regiões do Brasil, nos traz que (ABGLT, 2016, p. 13)

[...] o relatório retrata níveis elevados e alarmantes de agressões verbais e físicas, além de violência física; ao mesmo tempo expõe níveis baixos de respostas nas famílias e nas instituições educacionais que fazem com que tais ambientes deixem de ser seguros para muitos estudantes LGBT, resultando em baixo desempenho, faltas e desistências, além de depressão e o sentimento de não pertencer a estas instituições por vezes hostis.

Na questão do racismo, o racismo estrutural impelido à população negra no Brasil, é uma evidente prática da necropolítica ensejada a este grupo, onde seus direitos são violados, muitas das violências sofridas acontecem de forma velada perpetuando a condição sócio-histórica de exclusão e marginalização. Sobre este racismo estrutural nos fala (Hirsch; Hirsch; Monteiro, 2021, p.4)

Existem vários tipos de racismo no Brasil, cada um com suas particularidades e formas distintas de atingir o sujeito. Dentre esses tipos, o racismo estrutural, por ser decorrente da estrutura social estabelecida, merece destaque pela sua particularidade e perigo silencioso. Ele está relacionado às situações do



cotidiano, às regras de um processo social, histórico e político, aos costumes, e em virtude disso, acaba passando de forma imperceptível.

Adentrando para a questão do racismo institucional, ele se manifesta de diversas formas no ambiente universitário, de acordo com Almeida (2019), essa discriminação pode ser vista na representação desproporcional de estudantes negros e indígenas nas universidades públicas, bem como na sub-representação desses grupos em cursos considerados de maior prestígio, como medicina e engenharia. Além disso, há relatos frequentes de atitudes e comportamentos racistas por parte de colegas e professores, que incluem desde microagressões até casos explícitos de violência verbal e física.

A III Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias, em Durban, na África do Sul, trouxe reflexos as ações afirmativas no Brasil como aponta Sotero e Tourinho (2021, p.9):

Em 2001, ocorreu a III Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias, em Durban, na África do Sul, que fortaleceu os movimentos negros de luta pelo acesso igualitário no ensino superior. Ademais, o Brasil se comprometeu a implantar ações afirmativas para promover a educação igualitária com vistas a reduzir as desigualdades sociorraciais nas universidades. Diante dessa conjuntura, algumas universidades brasileiras implementaram as primeiras políticas de cotas raciais para ingresso no ensino superior, tais como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília.

Políticas públicas mais incisivas e efetivas se fazem necessária na desconstrução desse racismo, para reparação histórica de uma população que vivencia as consequências de um país colonialista em sua concepção, a população negra tem menos acesso do que brancos, nesse sentido, um passo importante foi dado, a Lei de Cotas, Lei Federal n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, passou a permitir acesso a esse grupo tão duramente marginalizado, apesar de estar distante dirimir todas as desigualdades, trouxe oportunidades inexistentes anteriormente, ele nos diz em seu o artigo 3º, Brasil (2012)

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por auto declarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.



Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2018, apenas 10,9% dos estudantes nas universidades públicas federais se identificavam como negros. Esse dado reflete não apenas o impacto das barreiras socioeconômicas, mas também um ambiente acadêmico que muitas vezes não é acolhedor para esses estudantes.

Políticas de acesso ao ensino superior são extremamente necessárias para a diminuição das desigualdades, mas o acesso sem políticas de permanência estudantil se mostra insuficientes, neste sentido Santos (2009, p.70) nos diz que:

Obviamente são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanche, pagar o transporte, etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da auto-estima, os referenciais docentes, etc. Sabendo assim, entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica. Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com os grupos, ser reconhecido e de pertencer a ele.

Sotero e Tourinho (2021) nos apresenta que a proporção de jovens negros ou pardos no ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. No entanto, quando se observa os dados gerais da população, verifica-se que essa proporção entre os brancos é de 78,8%, e que, 64,2% da população negra que se formou no ensino superior está desempregada.

Diante destas reflexões que envolve a necropolítica em um contexto universitário, (Ricordi et al. 2021) traz a ideia de repensar práticas e a busca de transformações dentro destes espaços, assim nos apresenta que:

É preciso, portanto, visibilizar e questionar as práticas de necropolítica relacionadas ao preconceito, exclusão e discriminação, normalizadas pela sociedade, pois são atos contra a vida e a existência desses corpos que representam parcela significativa da população. É fundamental, a universidade, enquanto espaço de discussão, desconstruir estereótipos e dialogar com a diversidade. Enquanto houver indiferença às práticas de necropolítica e aos sujeitos que sofrem constantemente abusos e discriminações nas instituições, perde-se o respeito pela vida dessas pessoas, como se houvesse uma classificação de quais pessoas são mais ou menos humanas para terem seus direitos assegurados (Ricordi et al., 2021, p.13).

A discriminação no ensino superior não se limita à questão racial, mas também abrange outras dimensões, como gênero, orientação sexual, deficiência, e origem socioeconômica. No entanto, a intersecção entre raça e classe social é particularmente marcante. Estudantes negros tendem a vir de famílias com menor renda e menor nível educacional dos pais, o que influencia



diretamente suas chances de acesso e permanência na educação superior.

Furlan e Maio (2016) falam da questão da diferença no ambiente escolar, nessa diferença que engloba uma série de corpos como indígenas, negros, mutilados, obesos, corpos queer, transgêneros, tímidos e diversos outros que fogem à normalidade imposta pela cultura dominante. Podemos também estender essa questão ao contexto universitário, devendo ser também um espaço de lutas e resistência, sobre este aspecto na ideia do corpo Furlan e Maio (2016, p.159) no diz:

O corpo é uma estratégia política, tanto das normatizações quanto das resistências. Precisamos assumi-lo como tal, para propor resistências aos corpos abjetos, provisórios, descontínuos, corpos queer, corpos políticos, corpos manifestos, corpos diversos, corpos nômades. Quebrar a ordenação das experiências de si requer uma luta contínua e ininterrupta, visando deslocar esses corpos formatados para uma experiência (im)previsível no mundo. Esse mundo que habitamos é um mundo de ambivalências, e como tal, exige que reconheçamos a existência de dissidências, de desejos destoantes que não cabem na experiência ordenada. Nesse sentido é que as discussões de gênero e pós-identitárias ganham relevo.

Partindo da ideia de resistência, Bosi nos apresenta uma perspectiva sobre este conceito,

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (Bosi, 2007, p 134).

Diante dos apontamentos mencionados, nota-se, que os marcadores sociais da diferença evidenciados estão sujeitados a determinadas formas de necropolítica, onde corpos que não se encaixam em padrões normativos impostos são destinados, de forma velada ou não, a exclusão e/ou marginalização nas práticas das políticas econômicas e sociais, restando intensificar movimentos de resistência na busca de transformações da realidade social determinada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indicou que a necropolítica está profundamente enraizada no sistema de ensino superior, manifestando-se em diversas formas de exclusão e marginalização. As políticas públicas e práticas institucionais necessitam de uma revisão crítica para promover uma verdadeira inclusão e equidade.



Outro ponto também evidenciado foi a importância de entender a necropolítica no contexto do ensino superior e seus impactos negativos na inclusão e bem-estar dos estudantes. É crucial que instituições e formuladores de políticas desenvolvam estratégias que promovam a equidade e a justiça social no ambiente acadêmico.

No campo prático, é imprescindível a implementação de políticas públicas mais inclusivas, o aumento do financiamento para estudantes de baixa renda e a criação de programas de apoio psicológico para estudantes.

6. REFERÊNCIAS

ABGLT. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: Editora da ABGLT, 2016.

ALMEIDA, Silvio L. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BOSI, Alfredo. **As sombras das luzes na condição colonial**. In: Literatura e Resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. Lei 12.711 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] União de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 22 abr. 2024.

FRANÇA, Fabiane F.; CALSA, Geiva. C. As contribuições dos estudos de gênero e sexualidade no cotidiano escolar dos docentes. In: Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 8. **Anais**. Florianópolis, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: 4. Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: 17. Paz e Terra, 1987.

FURLAN, Cássia C.; MAIO, Eliane R. Pedagogias do corpo: é possível a escola ser um espaço de reconstrução? In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., (Org). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, p. 157-177, 2016.

HIRSCH, Fábio P. de A.; HIRSCH, Carla C. P. B.; MONTEIRO, Maria C. B. B. Políticas públicas versus racismo estrutural e necropolítica no Brasil. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 03, p. 01–17, 2021.

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2018.



MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAES, Camila de F. **Lgbtfobia**: poder e os processos de indizibilização no espaço universitário. 2020. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) - Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2020.

PELLIZZARO, Nilmar. Michel Foucault: Um estudo do biopoder a partir do conceito de governo. **Revista Peri**, v. 5, n. 1, p. 155-168, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017

RICORDI, Cristiani G.; RAFAGNIN, Maritânia S. S; MORAES, Camila de F.; RAFAGNIN, Thiago R. Os direitos de existir e resistir, nos espaços de ensino superior, em tempos de necropolítica. **Revista Jurídica da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA)**, v. 16, 2021.

SANTOS, Boaventura S. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: 3. Cortez, 2004.

SANTOS, Dyane B. R.. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Dissertação (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Bahia, 2009.

SOTERO, Ana P. da S.; TOURINHO, Luciano de O. S. Racismo estrutural e seus efeitos necropolíticos no ensino superior: a aplicação da justiça restaurativa como instrumento de efetividade da educação igualitária e da justiça sociorracial. **Dialogia**, São Paulo, n. 38, p. 1-21, maio/ago. 2021.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento**. (Especial Desigualdades), [S. l.], v. 1, p. 14–18, 2014.